



**Um exercício decolonial na educação ambiental: a territorialidade em uma reserva
extrativista**

Fábio Pessoa Vieira¹

Resumo: O texto intenta apresentar a importância das territorialidades constituídas em comunidades originárias, para a Educação Ambiental, ao propiciar um olhar epistemicamente diverso do produzido pelo mundo moderno-colonial. Focaremos na conformação do mundo destacado e como ocorrem as ressonâncias, deste, na Educação Ambiental, para posteriormente, buscarmos possibilidades decoloniais para tal educação. Temos como suporte a noção de envolvimento ambiental que será apresentada a partir de experiências vividas por comunitários de uma reserva extrativista. A decolonialidade e uma abordagem fenomenológica alicerçam teoricamente e epistemicamente o presente texto. A fenomenologia é o método principal com ênfase em suas compreensões humanistas. Os resultados permitem a compreensão de que um exercício decolonial, concede à Educação Ambiental a possibilidade de ser produzida tendo como cerne as territorialidades de comunidades originárias.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Epistemologia; Produção do conhecimento.

**Un ejercicio decolonial en la educación ambiental: la territorialidad en una reserva
extrativista**

Resumen: El texto intenta presentar la importancia de las territorialidades constituidas en comunidades originarias, para la Educación Ambiental, al propiciar una mirada epistemológicamente diversa de lo producido por el mundo moderno-colonial. Focaremos en la conformación del mundo destacado y como ocurren las resonancias, de éste, en la Educación Ambiental, para posteriormente, buscar posibilidades decoloniales para tal educación. Tenemos como soporte la noción de implicación ambiental que será presentada a partir de experiencias vividas por comunitarios de una reserva extractivista. La decolonialidad y un enfoque fenomenológico fundamentan teóricamente y epistemicamente el presente texto. La fenomenología, es el método principal con énfasis en sus comprensiones humanistas. Los resultados permiten la comprensión de que un ejercicio decolonial, concede a la Educación

¹ Licenciado e bacharel em geografia. Mestre em educação. Doutor em ciências do ambiente. Professor adjunto, na UFT. E-mail: fabiopessoa@uft.edu.br

Ambiental la posibilidad de ser producida teniendo como núcleo las territorialidades de comunidades originarias.

Palabras Clave: Educación Ambiental; Epistemología; Producción del conocimiento.

A decolonial exercise in environmental education: territoriality in an extractivist reserve

Abstract: The text tries to present the importance of the territorialities constituted in native communities, for Environmental Education, by providing an epistemically diverse view of the one produced by the modern-colonial world. We will focus on the conformation of the detached world and how the resonances occur, from this, in Environmental Education, and later, to look for decolonial possibilities for such education. We have as support the notion of environmental involvement that will be presented from experiences lived by community members of an extractive reserve. Decoloniality and a phenomenological approach theoretically and epistemically support this text. Phenomenology is the main method with an emphasis on its humanistic understandings. The results allow the understanding that a decolonial exercise gives Environmental Education the possibility of being produced with the territorialities of native communities as its core.

Keywords: Environmental Education; Epistemology; Knowledge Production

Introdução

No presente artigo, o objetivo é apresentar a territorialidade em uma reserva extrativista – RESEX –, como um contraponto epistêmico, em um exercício decolonial, na produção do conhecimento. Para tanto, destacaremos a emergência do mundo moderno-colonial, e as suas ressonâncias na Educação Ambiental a partir de uma perspectiva colonizadora especialmente na produção de territorialidades, centrada em uma racionalidade econômica, que inviabilizam outras trajetórias de relação do ser humano com a natureza.

Como aporte teórico e epistêmico para o presente estudo, utilizamos a decolonialidade. Com esta, intentamos uma desconstrução paradigmática, que visa propiciar destaque ao lugar, na qual uma territorialidade, constituída no cotidiano de uma comunidade originária, seja uma possibilidade de atualização para uma Educação Ambiental que incorpore a narrativa de povos que tiveram seus saberes historicamente subjugados.

Por conseguinte, o presente texto busca responder: Quais as contribuições de uma abordagem decolonial, para contemplarmos a riqueza presente na territorialidade de uma comunidade extrativista? Como a noção de envolvimento ambiental, pode auxiliar numa

construção de conhecimento com o lugar, autônoma, no que se refere à Educação Ambiental?

A fenomenologia é o método norteador, com foco em suas compreensões humanistas, além da técnica da pesquisa-ação existencial. Utilizamos também, a técnica da narrativa para coletarmos as descrições verbais de dois extrativistas da reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins. As descrições, não foram utilizadas como uma mera técnica de pesquisa, mas sim como uma expressão da riqueza do cotidiano existente em uma comunidade originária.

A estrutura do artigo centra-se em três momentos: a emergência do mundo moderno-colonial, as suas ressonâncias na Educação Ambiental e uma perspectiva outra, de envolvimento do ser humano para com o ambiente; a subjugação de territorialidades, em especial das comunidades originárias, delineadas em tal mundo; e por fim apresentar a territorialidade em uma reserva extrativista, em um exercício decolonial, visando com os saberes de extrativistas apontar outras possibilidades para a Educação Ambiental.

Desconstrução

Um mundo, o moderno-colonial, teve o seu início, de acordo com Porto-Gonçalves (2013), a partir da afirmação da Europa como centro hegemônico mundial no final do século XV. Uma Educação, a Ambiental, que tenha como pressupostos a mera transmissão de informações e que proponha uma “conscientização”, por parte das pessoas, no sentido de se constituir novos valores e novos hábitos para que os problemas na degradação do ambiente venham a ser sanados.

Ao compreendermos o caráter colonizador desses eventos e buscando uma proposição diversa, direcionamos o nosso olhar para um exercício, o de desconstrução. Desconstrução que, para se efetivar, terá como alicerce os saberes de uma comunidade existente em uma reserva extrativista, em um constante exercício dialógico com o conhecimento, oriundo de uma diversidade de ciências. Não que, para credibilizar os saberes existentes na referida comunidade, seja necessário um conhecimento científico, mas, em especial, por compreender que, em uma construção científica interdisciplinar, tal como proposto por esta tese, a mesma seja “Uma prática intersubjetiva que produz uma série de efeitos sobre a aplicação dos conhecimentos das ciências e sobre a integração de um conjunto de saberes não-científicos” (LEFF, 2006, p.174).

A justificativa para o exercício de desconstrução é compreender outras possibilidades do ser humano para se relacionar com a natureza, ampliando o debate na e

para a Educação Ambiental. Possibilidades que tenham como base um envolvimento com o mundo, constituído no lugar. O lugar compreendido como um território de acontecimento, em que há um elo existencial entre o ser e o espaço e no qual ocorre uma multiplicidade de vivências que propiciam um envolvimento, em uma relação ética, expressada por um enraizamento, entre o ser humano e a Terra.

Mais do que um conceito, ou uma abstração, o lugar é um espaço que se constitui a partir de uma vivência e significação, pertencimento e envolvimento, tal qual enfatiza Relph (1979, p.17): “Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança”. Um lugar no qual a vida se realiza e que o cotidiano acontece, o que coaduna com o proposto por Marandola Júnior (2014, p.230): “[...] mais do que um conceito científico de conteúdo abstrato, lugar se refere à mundanidade de nosso cotidiano, e por isso ele é fundamental quando pensamos o ser-no-mundo e a existência”.

Lugar possuidor de singularidades, mas que ao mesmo tempo não existe isolado por si só, à medida que permite ao ser humano manter-se conectado com outros lugares do mundo, com o próprio ser e com a Terra. Terra pensada como um alicerce transcendental da vida e não como um ente objetificado, tal qual aponta Dardel (2015):

A Terra como base, é o advento do sujeito, fundamento de toda a consciência a despertar a si mesma; anterior a toda objetivação, ela se mescla a toda tomada de consciência, ela é para o homem aquilo que ele surge no ser, aquilo sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de seu hábitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu pensar, aquilo a que ele adapta sua preocupação de construir e de erigir. (DARDEL, 2015, p.41)

Ao compreendermos a Terra como morada e habitat do ser humano é que o exercício de desconstrução emerge. Uma emergência que ocorre como um contraponto ao processo de formação do mundo moderno-colonial, e em especial o caráter colonizador existente neste mundo. Caráter este, que ressoa na Educação Ambiental.

Lançamos a perspectiva do “envolvimento ambiental”. Esta – por mais que as palavras possam indicar uma redundância à medida que o ambiente nos envolve, nos circunda – refere-se a outro viés relacional com o ambiente, no sentido de percebê-lo e valorá-lo em uma perspectiva de construir um elo com a natureza. Pauta-se por uma ética ambiental e é orientada por um olhar no qual o cotidiano e o vivido sejam o seu alicerce. É um relacionar-se de modo diverso, a partir de outros preceitos e propósitos.

Desta maneira, pretendemos compreender um envolvimento em que o comprometimento contra a atual degradação ambiental crie condições para que um novo paradigma possa emergir. Paradigma que propicie um engajamento pensado nas territorialidades construídas pelo seu próprio povo, de maneira autônoma e não por agentes externos. Paradigma que se constitua como uma base filosófica para a Educação Ambiental, por intermédio de um exercício primeiro do ser, em uma dimensão filosófica do retorno ao mundo vivido, para além da objetificação do mundo:

O primeiro ato filosófico seria então retornar ao mundo vivido aquém do mundo objetivo, já que é nele que poderemos compreender tanto o direito como os limites do mundo objetivo, restituir à coisa sua fisionomia concreta, aos organismos sua maneira própria de tratar o mundo, à subjetividade sua inerência histórica, reencontrar os fenômenos, a camada de experiência viva através da qual primeiramente o outro e as coisas nos são dados, o sistema "Eu-Outro-as coisas" no estado nascente, despertar a percepção e desfazer a astúcia pela qual ela se deixa esquecer enquanto fato e enquanto percepção, em benefício do objeto que nos entrega e da tradição racional que funda. (MERLEAU-PONTY, 1999, p.89).

Com o vivido na RESEX, compreendemos que o envolvimento ambiental é constituído por três pilares, que se complementam: a autossuficiência, pensada como um sustento em busca de uma dignidade que não exclui a possibilidade de mudanças no âmbito material; a conservação ambiental, que se efetiva a partir de uma resistência em defesa do babaçual; e a justiça social, que se assenta em uma luta pelo direito de uso dos extrativistas pelo território da RESEX.

O envolvimento ambiental propicia a compreensão de que, por intermédio de uma forma singular e diversificada de se viver em um lugar, construímos um respeito às territorialidades que se constituem, de maneira autônoma, e que são distantes da forma autoritária e hegemônica, instituída pelo paradigma da sociedade moderna e cientificista.

A perspectiva do “envolvimento ambiental” advém de uma leitura de que, *a priori*, os referenciais na Educação Ambiental conduzem, de maneira bastante homogênea, à discussão sobre as possibilidades de conservação ambiental, nos mais diversos territórios. Essa matriz ratificada pelo pensamento moderno-colonial, a partir de uma lógica na produção do conhecimento em que há uma história única dos lugares e dos territórios, induz para que a Educação Ambiental sirva aos interesses dos segmentos hegemônicos que conduziram o planeta à degradação ambiental.

Tal Educação Ambiental, ao ser construída em torno de aspectos tecnicistas, como se esses fossem capazes de dar conta da problemática ambiental, tal qual delineada,

encobre os reais causadores da problemática ambiental, que por sua vez, se constitui a partir da separação ser humano/natureza e da ideia de acumulação e de objetivação construída sobre a natureza. Essa construção diminui as possibilidades de pensarmos caminhos de uma real interação entre os sujeitos que constroem a Educação Ambiental com o seu mundo-vivido e o seu lugar. Diminuição consolidada, à medida que confere, a uma ciência desenvolvida por um viés tecnicista-colonialista e que subjuga uma diversidade de saberes e as subjetividades, o poder de ditar as regras de formação da Educação Ambiental.

Por conseguinte, a Educação Ambiental, sustenta-se, em uma concepção conservacionista (Vieira, 2017) ao propor a criação de “bons” hábitos nos humanos, de maneira individualista para com a natureza, e as inserções de novas tecnologias são suficientes para solucionar a degradação ambiental. Aqui, há um grave equívoco na ideia de que novas técnicas solucionarão os problemas ambientais.

A leitura que fazemos é justamente que o uso excessivo das tecnologias – que em uma sociedade capitalista está a serviço do aumento da produtividade e, consequentemente, do lucro – é o responsável por um viés de dominação e de conquista da natureza. Técnicas que cada vez mais submetem os seres humanos a comportamentos previsíveis, por conta de uma racionalidade econômica que subjuga os lugares a uma lógica dominante e global. Isso inviabiliza entender que um dos maiores expoentes do paradigma da modernidade possa nos permitir construir outra trajetória de relação com a natureza.

Dessa maneira, ficamos presos em uma “armadilha paradigmática”, (GUIMARÃES, 2006), na Educação Ambiental, na qual há a manutenção de uma racionalidade hegemônica fragmentária, simplista e que reduz a realidade, limita a compreensão e outras possibilidades de discursos, uma vez que esta educação é constituída sob as égides do paradigma moderno-colonial.

A negação de territorialidades no mundo moderno-colonial

Quijano e Wallerstein (1992, citados por MIGNOLO, 2005) denominaram o sistema mundo moderno-colonial, como Um padrão de poder que passa a governar o mundo e que tem como evento central a invasão do continente americano pelos europeus a partir do final do século XV constitui um sistema que dá início a uma primazia de organização de mundo à Europa. Um mundo que passa a não ser mais, em termos espaciais e territoriais, a própria Europa.

O olhar dado a este mundo não é a de sua afirmação ou da constituição de seu imaginário, que nega o conflito que surge da diferença colonial, como destaca Mignolo (2005), “mas sim um olhar que contemple dar visibilidade à colonialidade do poder” (QUIJANO 2005), como uma estratégia da modernidade que contribui, de maneira essencial, para a autodefinição do que seja a Europa e o seu consequente impacto sobre a natureza.

Assim, as bases para a consolidação de tal mundo teve como pilares a colonização do continente americano, com a escravização de diversos povos, sobretudo os indígenas, bem como negros sequestrados da África – continente que mais tarde passa a ser objeto espacial para a consolidação do mundo moderno-colonial. Isso ocasionou a destruição, em larga escala, das florestas destes continentes, seja para a retirada de metais preciosos como ouro e prata, seja para a implantação das monoculturas, o que deu início ao processo de espoliação da natureza em larga escala.

Esse mundo baseou-se também na expropriação de diversos povos originários do seu território, criando territorialidades que servem ao interesse restrito dos países centrais que controlam o mundo moderno-colonial. Um entendimento de que os territórios a serem conquistados, apoiando-se em uma vertente economicista, fossem utilizados como fonte de recursos e incorporados ao progresso e desenvolvimento a partir da relação de poder imposta pelos invasores, negando a cultura dos povos já ali existentes.

O termo originário, para caracterizar os comunitários da RESEX, será empregado com o propósito de destoar do termo tradicional, uma vez que este último atende a uma lógica da modernidade, no que tange à caracterização de sociedades e comunidades, cuja significação refere-se a algo atrasado e que, portanto, deveria estar a caminho do progresso e do desenvolvimento. Assim, coadunamos com o proposto por Lander (2005, p15) ao entendermos que, com o uso do termo tradicional, negaremos aos extrativistas “[...] lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade”.

A lógica global, presente no mundo moderno-colonial, visa determinar aos lugares uma maneira hegemônica e homogênea na produção e uso do território empobrecendo outras possibilidades de envolvimento e uso do território, tal qual a dos povos originários. Contudo ela não inviabiliza, a partir da riqueza do cotidiano, que haja uma emergência de horizontalidades, sustentada por uma rede de solidariedades, que se realiza na existência humana:

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. Tal ação comum não é obrigatoriamente o resultado de pactos explícitos nem de políticas claramente estabelecidas. A própria existência, adaptando-se a situações cujo comando freqüentemente escapa aos respectivos atores, acaba por exigir de cada qual um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir as soluções indispensáveis (SANTOS, 2003, p.53).

Ao divergirmos da perspectiva colonizadora do mundo moderno-colonial sobre o território, as territorialidades e as possibilidades de territorialização, compreendemos que o território é um espaço múltiplo, produzido a partir da complexidade e da riqueza existente no lugar, denotando os aspectos simbólicos na produção do espaço. Associado ao simbólico, há o entendimento de que a dimensão funcional sobre o território é real e dar-se-á conforme destaca Haesbaert (2005, p. 6776): “[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” [...]”.

E a dimensão funcional à qual damos potência tem como aporte o conceito de território usado, de Santos (2003). Um território que tem como função principal o uso, a partir da apropriação e ordenamento pelos mais diversos povos que o compõem e que se dá pela dinâmica dos lugares:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2003, p.47).

Por conseguinte, o território configura-se como um espaço de resistência dos lugares à perversidade de uma lógica global, alicerçada em uma forma de progresso, regulada pelo tecnicismo. No território e com suas territorialidades, é possível propor um diálogo de saberes e de significados produzidos pelos que com ele possuem uma intimidade e afetividade e realizam um uso genuíno, permitindo-nos compreender que há caminhos sustentáveis, possíveis em um espaço tempo próprio de cada lugar.

A leitura de territorialidade, presente em Little (2002, p.3), na qual esta é o “[...] esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de ambiente biofísico, convertendo-a assim, em seu território”, reforça a compreensão sobre a necessidade de identificação com o território.

Tal identificação, em movimento de envolvimento com o lugar, pode vir a conceder a constituição de territorialidades que, por sua vez, possibilitem uma territorialização – visto que a territorialidade não é a territorialização manifestada de modo concreto, conforme aponta Haesbaert (2010):

Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato e/ou epistemológico de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – e o mesmo dir-se-ia da espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material) (HAESBAERT, 2010, p.167).

Em uma construção coletiva, propiciado pelas relações de pertencimento e de identificação, há possibilidades de uma territorialização, a partir de territorialidades existentes com o lugar, construídas de maneira autônoma, que ecoe em defesa dos povos originários e de toda uma rede de saberes existente com eles. Saberes que se contrapõem, na produção do conhecimento, às normas e regras impostas como modelos prontos, no que se refere à Educação Ambiental, ao ter como base as experiências vividas. Logo, compreende-se, que com este vivido, há uma real possibilidade de garantirmos outra trajetória de constituirmos a Educação Ambiental, em uma perspectiva decolonial, na qual as territorialidades de comunidades originárias sejam o alicerce epistêmico.

A territorialidade na RESEX Extremo Norte do Tocantins

O Bico do Papagaio é uma região localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, próximo à confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Está delimitado a oeste com o Estado do Pará e, a leste, com o Estado do Maranhão, tendo os municípios de Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins como aqueles que compõem o seu território, em uma área de 6.380,6 km² (BRASIL, 2006).

De acordo com Velho (1981), a dinâmica de ocupação do Bico do Papagaio refere-se a migrantes oriundos principalmente do Maranhão, mas, também, do Piauí e do Ceará, sendo muitos destes descendentes de indígenas, em busca de terras desocupadas para a prática da agricultura e do extrativismo. O referido autor destaca que nas primeiras três

décadas do século XX não havia uma agricultura de média e grande escala de produção na região, o que se mantém até os dias atuais. Entretanto a exploração do extrativismo vegetal (castanha e babaçu) e a extração dos minérios nos garimpos, principais bases de sustentação econômica, contribuíram para a consolidação da agricultura voltada para o consumo das famílias.

A partir da década de 1950, as características agroextrativistas, apresentadas no Bico do Papagaio, passaram a sofrer modificações, sobretudo pelo fato de a região estar inserida na fronteira de ocupação da Amazônia. O marco para as modificações espaciais veio a ser a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), consolidando uma rede de infraestrutura que propiciou a especulação fundiária para a expansão da agropecuária (ROCHA, 2011). Justamente por ser a “porta” de entrada na região Amazônica, o Bico do Papagaio passa, então, a ter ares de intensos conflitos sobre a posse e a propriedade da terra, conflitos que culminaram na perseguição e assassinatos de vários posseiros.

Neste contexto, diversos sindicatos de Trabalhadores Rurais articularam-se para reivindicar a reforma agrária e o direito à posse da terra. Uma reforma agrária fundamentada no vivido e na realidade dos extrativistas, levando em consideração um uso comunitário em busca por sua autossuficiência, o que implica em uma territorialização que ressoa em uma defesa da natureza.

Desta luta, que emerge a proposta de criação das reservas extrativistas. Proposta esta, construída por meio do vivido dos extrativistas, que possuem um saber constituído com o ambiente amazônico, emerge mais do que um conceito, uma forma de organização territorial, autônoma, que visa à manutenção da vida humana com dignidade, pautada por uma justiça social, que por sua vez ressoa em uma defesa do ambiente.

Inserida em um contexto de luta, resistência, de busca por autonomia e em defesa pela manutenção de um modo de vida que envolve a dignidade e a autossuficiência dos extrativistas e de seus familiares, emerge a reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins. Nesta RESEX a conservação da natureza ocorre a partir de estratégias cotidianas dos extrativistas para a defesa do babaçual, por intermédio da luta em favor do babaçu livre, e no envolvimento existente entre eles e o ambiente, um envolvimento que existe mesmo sem a efetiva implementação da reserva o que, todavia, não invalida a luta pela territorialização dos extrativistas.

A reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins situa-se ao norte da estrada TO-496 e ao sul do rio Tocantins, na divisa com o Estado do Pará, a oeste, e com o Estado do Maranhão, a leste. Foi criada pelo decreto nº 535, de 20 de maio de 1992. A população

desta RESEX é de 893 pessoas, de acordo com um estudo técnico, realizado pela UFV/ICMBio (2014). Todos os habitantes estão no entorno da reserva, pelo fato de que não há regularização fundiária, e, conseqüentemente, não são permitidas moradias nas áreas que hoje são propriedades privadas² dos fazendeiros.

Mesmo assegurado pelo referido decreto, as terras da reserva extrativista, conforme já mencionado, não possuem regularização fundiária. Isso dificulta a territorialização dos extrativistas, uma vez que há em seu interior cerca de 68 fazendeiros – segundo o gestor da RESEX, baseado em um levantamento fundiário, realizado em 2011 – que possuem a propriedade privada da terra e cuja principal fonte de renda é a pecuária.

A falta de regularização, por sua vez, torna-se um fator provocador de conflitos entre fazendeiros e extrativistas, conflitos que opõem a propriedade privada ao uso e à vivência na RESEX, a partir de um senso comunitário. No entanto, tais conflitos não empobrecem o modo de vida, muito menos a resistência dos extrativistas, na RESEX Extremo Norte, uma vez, que esta se torna um lugar cujo espaço é tecido por um contexto baseado em uma territorialidade que visa ao uso comunitário da terra e busca uma efetiva territorialização por intermédio de uma organização que emerge no vivido dos extrativistas.

Um vivido, cujo envolvimento ambiental cria trajetórias para pensarmos em um exercício decolonial, uma Educação Ambiental que seja alicerçada com as experiências e a vivência em uma comunidade originária, e que com estas há muito que se aprender. Aprendizado alicerçado com os saberes dos extrativistas que, ao se oporem aos processos hegemônicos de desenvolvimento e progresso, nos permitem ter outro olhar sobre a relação dos homens com seus pares e com a natureza.

Escolhemos, para esta pesquisa, trabalhar com as descrições dos extrativistas sobre as suas vivências na RESEX. Para compreendermos as descrições, não foi lançado mão de uma pergunta específica, mas sim solicitado que descrevessem suas experiências, suas histórias de vida com o lugar, a partir do seu “envolvimento ambiental”. Tais descrições foram gravadas em arquivos digitais de áudio.

Os porta-vozes, que permitiram a partir de suas descrições constituírem a pesquisa, possuem um papel de liderança frente a duas comunidades instaladas no entorno da RESEX – Carrasco Bonito, que fica no município homônimo; e Centros dos Firmino,

² De acordo com o gestor da Resex, quase todos os fazendeiros possuem documentação que comprova a propriedade da terra. Questionamos a legitimidade da posse da terra, por parte dos fazendeiros na Resex, por entendermos que algumas destas possam advir do processo de grilagem, como enfatiza Kotscho (1981), ao expor que no início da década de 1970 ocorreu, no Bico do Papagaio, um intenso processo de grilagem.

também no município de Carrasco Bonito. A designação da liderança, ora apresentada, foi um exercício elaborado nos campos da pesquisa e na vivência do próprio pesquisador na RESEX, não apenas a partir de observações, mas, sobretudo, pelo que foi exposto e destacado pelos próprios comunitários.

Fizemos uso do método fenomenológico, ao compreender que o mesmo permite ser honesto com o cotidiano e com as experiências dos sujeitos, com o seu vivido. O nosso intuito foi o de descrever o que está posto e não o de ditar como as coisas devem ser.

Com isso, buscamos não apontar como o eu deve se relacionar com as coisas no mundo, uma vez que tais coisas se revelam para nós, não em um exercício de juízo de valor, mas sim por meio da percepção, pensada como uma vivência orientada ao mundo exterior, que não depende somente do elemento intelectual, mas também do corpo, por meio das sensações. Percepção que “[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados [...]” (TUAN 2012, p. 18).

Merleau-Ponty (2004) destaca que a nossa percepção sensível faz justiça à experiência humana e diz que “nossas relações com o espaço não são as de um puro sujeito desencarnado com um objeto longínquo, mas de um habitante do espaço com seu meio familiar” (MERLEAU-PONTY, 2004, p.16). Assim, a relação com o lugar vivido é de um sujeito imbricado com esse lugar, propiciando um envolvimento com o ambiente.

Inicialmente, com a *epoché*, buscamos abster-nos de emitir um entendimento prévio, para não trazermos prejuízo as percepções, sobre as territorialidades dos extrativistas. Portanto, não há nenhuma hipótese que se sobreponha ao real, ao vivido, sobre como se realiza a relação com o território. Após as leituras e releituras das descrições, identificamos a unidade de significação, território. No método fenomenológico, as unidades de significação são “[...] recortes julgados significativos pelo pesquisador, dentre os vários pontos aos quais a descrição pode levá-lo” (GARNICA, 1997, p.116).

A partir de então, foi realizada a redução à essência ou redução eidética. Para Garnica (1997), o objetivo dessa redução é excluir o conhecimento prévio do fenômeno, para estar na experiência concreta da vivência, por meio das descrições sobre a relação com o lugar, com a natureza e com o seu sustento, sua dignidade, contida nas descrições. Uma redução que é: “a resolução de fazer o mundo aparecer tal como ele é antes de qualquer retorno sobre nós mesmos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.13). Após a redução, buscou-se compreender como que, com a perspectiva do “envolvimento ambiental”, é

possível se pensar em uma Educação Ambiental decolonial que se realize no cotidiano, tendo como alicerce a territorialidade de comunidades originária, e que destoe de uma perspectiva hegemônica na produção do conhecimento. Por fim, para nominar os sujeitos da pesquisa, resolvemos usar como referência produtos originados do babaçu. São eles: Mesocarpo, Casca³ e Torta⁴.

Mesocarpo

Em uma das minhas idas à RESEX Extremo Norte conheci um extrativista, natural de Barra do Corda, no Maranhão e que reside há mais de 30 anos no município de Carrasco Bonito. É considerado um líder e sábio, pelos próprios pares, das reservas extrativistas. Esguio, pele clara e cabelos brancos, *Mesocarpo* passou a me explicar sobre os conflitos territoriais, e o desejo de territorialização na RESEX.

De certo tempo pra cá, a gente abriu mão, porque tudo é briga, briga, briga, tá entendendo? Porque toda área tá debaixo de propriedade dos fazendeiros. Aí a gente depende da área pra poder fazer uma roça, pra poder coletar o babaçu. Ninguém tem onde botar uma roça, não tem espaço pra botar uma roça. A tensão ficou muito alta. Antes do ICMBio não tínhamos apoio como no tempo de hoje, que tem transporte pra pegar o coco, e nos ajudar. Antes, a gente tinha uma conexão com umas instituições não governamentais, com o MIQCB e o CNS, na figura da Raimunda Gomes, uma forte liderança, é quem sempre nos apoiou na luta aqui na terra [...] O nosso objetivo é ocupar o centro da reserva, estar dentro dela. Se essa unidade vier a acontecer, se ela sair do papel e se tornar de verdade, tipo: “agora essa reserva é de vocês”, com certeza nós íamos fazer um uso das nossas terras. Agora, nós precisa tá bem articulado, pra não poder perder as terras de novo. Porque o que pode acontecer, devido a ignorância das pessoas, delas não saberem como funcionam a reserva, é a gente perder a terra. As pessoas não têm noção, os fazendeiros podem vir aqui e espalhar boatos dizendo que a terra é do governo, que o governo tá liberando, e as pessoas virem pra cá querer ocupar. Por isso que digo que a gente precisa tá bem articulado, pra defender nossas terras. Ave Maria, o sonho de cada, se essa unidade viesse acontecer, Ave Maria, o sonho dos extrativistas, dos trabalhador. (Mesocarpo, descrição sobre território, gravada em 07 de Maio de 2017).

Os conflitos existentes na RESEX Extremo Norte, apontados na fala de *Mesocarpo*, decorrentes da postura dos fazendeiros que não permitem o acesso ao babaçual, para os extrativistas coletarem o coco e fazerem a roça para a produção de alimentos, inviabilizam as possibilidades de melhoria da renda. Isso denota bem a necessidade que urge de haver

³ Parte do coco babaçu, da qual se extrai uma farinha de amido, bastante utilizado na produção de mingau e bolo.

⁴ É o bagaço da amêndoa, que se origina na produção do óleo. Serve para ração animal e é vendida, sendo mais uma fonte de renda para os extrativistas.

uma regularização fundiária que conceda aos extrativistas acreditarem na autossuficiência efetivando uma justiça social.

O apoio logístico, dado pelo órgão governamental, responsável pela gestão da reserva, é visto como algo que não existia em tempos anteriores como à época da gestão da unidade de conservação que era realizada pelo IBAMA. Para *Mesocarpo*, tão importante quanto o suporte do ICMBio é o histórico de parcerias com outras instituições da sociedade civil, em especial organizações sindicais, e com Raimunda Gomes, figura ímpar na luta dos camponeses e trabalhadores rurais, e principalmente quebradeiras de coco, no acesso a terra.

Para *Mesocarpo*, o intuito é deixar o entorno da reserva, migrando para o centro desta, quando houver a regularização fundiária. A consecução deste objetivo cria condições para uma efetiva territorialização dos extrativistas.

Casca

Saia larga, pernas cruzadas e apoiadas uma sobre a outra. Machado afiado e que colide com precisão no coco, fazendo-o partir-se ao meio. Essa cena, pouco vista nos babaçuais, por conta da questão territorial, e muito presente nas frentes das residências e nos quintais das casas, é recorrente nas minhas idas à RESEX Extremo Norte. Foi assim, que conheci Casca, nascida no município de Bacabal, Estado do Maranhão, e que atualmente reside no Centro dos Firmino, povoado localizado no município de Carrasco Bonito.

Aqui nas nossas terras é bom. Vendia o coco e vendia a casca para a Tobasa. Eles compram direto a casca da gente aqui. Tudo tirava daqui da nossa terra. Bom demais. Quando eu cheguei aqui, pra viver era do coco mesmo, ou da juquirá. Os homens era mais da juquirá. Era difícil, questão de dinheiro. Se não fosse do coco, a gente passava fome. Tinha de quebrar pra sobreviver. As terras tinham palmeira demais. Nossa mãe![...] Hoje a luta nossa é regularizar a terra pra gente trabalhar. Tem muita gente que não tem onde trabalhar. Ter um lugarzinho pra sobreviver com a família [...] Se a terra fosse da gente eu voltaria a quebrar coco. Seria outro mundo. O coco ia tá aí a vontade, na terra da gente. A gente não ia ter medo de tá aí dentro quebrando. Hoje, a gente tem medo. Os fazendeiros não querem que a gente quebre coco pra não machucar o gado.(Casca, descrição sobre território, gravada em 24 de Junho de 2016).

A roça e a quebra do coco são habituais em todas as cinco comunidades que compõem a RESEX. O que difere o Centro dos Firmino e a faz a comunidade que mais se beneficia da venda do coco babaçu, em conformidade com o apontado pelo gestor da

unidade de conservação, dentre todas as existentes na reserva, é o fato de esta vender o coco inteiro ou mesmo suas cascas para a TOBASA⁵.

Um beneficiamento que ocorre pela riqueza existente no território, em especial das que decorrem do babaçual. Entretanto as condições de insegurança com relação ao uso colocam em risco as múltiplas possibilidades dos extrativistas em serem autossuficientes a partir do babaçual. O principal fruto do babaçual foi o responsável, quando da chegada de *Casca* ao antigo norte goiano, pela sua sobrevivência. Um fruto que alimentou não só o corpo, mas que mantém vivos o sonho e o desejo da regularização fundiária.

Com a renda da aposentadoria, *Casca* deixou de quebrar coco para a comercialização. Todavia, caso haja efetiva territorialização dos extrativistas na área da reserva, ela planeja a volta à quebra do coco, pela abundância deste.

Abundância que tem as suas possibilidades negadas pelos fazendeiros, tal como foram impedidos por intermédio do construído pelo mundo-moderno-colonial os saberes existentes em comunidades originárias. Logo, o anseio pela justiça social, em mais uma extrativista, representado pela regularização fundiária, simboliza uma defesa da sociobiodiversidade existente na RESEX Extremo Norte.

Considerações Finais

Buscou-se a desconstrução de uma ideia de que a Educação Ambiental deve vir a ser constituída, de maneira exclusiva, sob a égide do mundo moderno-colonial. Para tanto, apresentamos a territorialidade em uma reserva extrativista, como um contraponto epistêmico, em um exercício decolonial. Isto nos concedeu uma compreensão de que as múltiplas territorialidades existentes no mundo possibilitam, igualmente, múltiplos saberes e formas de conhecimento.

Esta compreensão emerge com o vivido de extrativistas de uma comunidade originária, mais especificamente, da reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins. A territorialidade dos extrativistas é constituída em uma trajetória alicerçada axiologicamente pelo “envolvimento ambiental” – um viés relacional entre o ser humano e seus pares para com a natureza, a partir de concepções que valorizam as experiências vividas entre pessoas

⁵ Empresa localizada no município de Tocantinópolis e que atualmente é a maior fábrica de carvão ativado – o carro chefe de sua produção – na América Latina. Compra o kilo do coco babaçu por R\$1,00. Mesmo sendo um valor bem inferior ao conseguido pelas extrativistas na extração e venda do óleo, acaba auxiliando na renda dos moradores da Resex Extremo Norte, pelo fato de realizar a coleta com frequência – duas vezes ao mês – na própria residência destes moradores.

e seus territórios, nas quais prevaleçam a autossuficiência, a conservação ambiental e a justiça social.

Na RESEX Extremo Norte, vivenciamos momentos de inspiração que possibilitam a valorização de saberes, constituídos em um fortalecimento da relação do ser humano com a natureza, e que historicamente foram subjugados pelo mundo moderno-colonial. Nesta RESEX, há a elaboração de uma territorialidade autônoma, que se realiza em uma empreitada coletiva, cuja dimensão social é o alicerce e o norteador do vivido dos extrativistas.

Uma Educação Ambiental decolonial na RESEX possibilita compreendermos que com a própria comunidade de extrativistas há a construção de um saber produzido de modo díspar, a lógica do mundo moderno-colonial, a partir da riqueza do vivido e do cotidiano.

Compreendemos, para além dos limites fronteiriços da reserva, a existência de um grande potencial, em diversas outras territorialidades, para se pensar a Educação Ambiental, haja vista o caráter heterôgeneo de culturas e saberes existentes na sociedade. Compreendemos, também, a Educação Ambiental reconfigurando-se e sendo produzida em um diálogo com outros saberes, rompendo com o pensamento produzido pela sociedade moderno-colonial que despreza as narrativas e os diversos saberes, de comunidades originárias.

Por fim, a riqueza de uma relação, a partir do “envolvimento ambiental”, na qual os comunitários da reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins possuem com o seu território propiciam a construção de uma territorialidade que visa à autossuficiência de sua comunidade a partir de ricos saberes constituídos no lugar, criando condições para uma dinâmica territorial própria, erigida pelo protagonismo dos povos que o constituem.

Referências

BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território do Bico do Papagaio. Brasília: MDA DF, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente, INPE. **Estimativa do Prodes 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: < http://www.obt.inpe.br/prodes/taxas/Prodes_Taxa2013_estimativa.pdf

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 109-119, 1997.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B; LEROY, J. P. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005. p.6774-6792.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. LANDER, Edgardo (Org.). In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropológica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MARANDOLA Jr, E. Lugar Enquanto Circunstancialidade In: MARANDOLA Jr Eduardo, HOLZER Wherther, OLIVEIRA Lívia de (Orgs). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, p.227-247, 2014.

MERLEAU-PONTY, M.. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Conversas 1948**. Tradução de Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RELPH, E. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, v.4, n.7, p.1-25, 1979.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A rede socioeconômica do babaçu no Bico do Papagaio-TO**: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. 2011. 270p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, B.S. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 10. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

UFV/ICMBio. **Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais**. Viçosa-Brasília, 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, F.P. **Envolvimento e Educação Ambiental com as quebradeiras de coco**: Um caminho sustentável na reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins. 2017, 199p. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

Submetido em: 09-05-2018.

Publicado em: 31-08-2018.